

RESOLUÇÃO CSR Nº 018/2023

Dispõe sobre o reajuste anual dos valores das tarifas de água e esgoto e dos preços públicos dos demais serviços a serem praticados pelo Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE no Município de Vera Cruz regulado pela AGESAN-RS.

O CONSELHO SUPERIOR DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (AGESAN-RS), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social e pela Resolução AGO nº 005, de 2019.

CONSIDERANDO o disposto no inciso IV do *caput* art. 23 da Lei Federal nº 11.445, de 2007, segundo o qual compete ao ente regulador editar normas sobre as dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, inclusive quanto ao regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

CONSIDERANDO a Cláusula Sexta, §1º, XIII do Contrato de Consórcio Público da AGESAN-RS, segundo a qual compete à agência analisar e conceder a revisão e o reajuste das tarifas mediante estudos apresentados pelos prestadores de serviço;

CONSIDERANDO a Resolução AGE nº 008, de 2019, atualizada pela Resolução AGO nº 005, de 2023, que estabelece sobre procedimentos de reajuste e revisões tarifárias para autarquias prestadoras de serviços de saneamento e/ou Administração Direta;

CONSIDERANDO os documentos do Processo Administrativo nº 1133/2023 da AGESAN-RS.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o índice de 4,04% (quatro inteiros e quatro centésimos por cento) a título de reajuste dos valores atuais das tarifas de água e esgoto e preços públicos dos demais serviços praticados pelo SEMAE do município de Vera Cruz regulado pela AGESAN-RS.

PARÁGRAFO ÚNICO. O reajuste das tarifas de água e esgoto será aplicado em todas as categorias e faixas de consumo.

Art. 2º. Os novos valores estabelecidos nesta Resolução somente serão praticados 30 (trinta) dias após sua publicação, conforme determina o art. 39 da Lei Federal nº 11.445, de 2007.

Art. 3º. O reajuste da tarifa de serviço público de saneamento básico deverá ser aplicado observando o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, conforme determina o art. 37 da Lei Federal nº 11.445, de 2007.

Art. 4º. Para fins de divulgação, o SEMAE afixará as tabelas com os novos valores em local de fácil acesso nas unidades de atendimento aos usuários e em seu sítio na internet, sem prejuízo aos demais meios de divulgação.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 14 de dezembro de 2023.

Dr. Cássio Alberto Arend
Conselheiro Presidente